

Domingos Vandelli e o déficit no real erário português no final dos setecentos**Domingos Vandelli and the deficit in royal Portuguese treasury
at the end of seven hundred**Ricardo Dalla Costa ¹**Resumo**

Este trabalho tem por objetivo discutir as difíceis condições econômicas e as recomendações de política econômica sugerida por Domingos Vandelli para equacionar e promover o equilíbrio fiscal de Portugal no final dos setecentos. Iniciando com uma prévia proposta de Vandelli sobre institucionalização do conhecimento na *Sciencia* das Finanças para posteriormente expor as dificuldades na manutenção do Reino em momentos não justificáveis como ordenados onerosos e mesmo gastos militares, investimentos em manufatura, artes e ciência sem que houvesse naquele momento uma real economia de guerra. Como resultado, não se concretizou a ideia de uma Sociedade Econômica portuguesa uma vez que fora transmutado em uma Academia de Ciências. No que diz respeito ao déficit no Real Erário, verificou-se aumento dos gastos do Estado português concomitantemente com a queda na arrecadação do além-mar, e por fim, o oportunismo por trás das dificuldades financeiras da metrópole levava Vandelli a fazer duras críticas aos gestores financeiros e usurários que tiravam proveito de uma situação emblemática e sugerir políticas econômicas para equilibrar as finanças públicas.

Palavras-chave: História Econômica, História da Ciência luso-brasileira, Domingos Vandelli, final do século XVIII

Abstract

This work aims to discuss the economic situation and policy recommendations of Vandelli to solve the difficulties in economic situation in Portugal at the end of seven hundred. Starting with a prior proposal for Vandelli on institutionalization of knowledge in *Sciencia* of Finance to further expose the difficulties in maintaining the Kingdom in not justifiable times as costly ordered and even military expenditures, investments in manufacturing, arts and science without there being at that time a real war economy. As a result, it failed to materialize the idea of a Portuguese Economic Society since it was transmuted into a Science Academy. With regard to the deficit in the Royal Treasury, there was an increase of Portuguese State spending concurrently with the drop in revenue from overseas, and finally opportunism behind the financial difficulties of the metropolis led Vandelli to do harsh criticism to financial managers and usurers who took advantage of an emblematic situation and suggest economic policies to balance public finances.

Key-words: History Economic, History of Science Portuguese-Brazilian, Domingos Vandelli, the late eighteenth century.

JEL: B11, B31, B15, N23

¹Doutorando em História da Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGHC/PUC-SP). Professor do colegiado de economia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail: dcricoo@gmail.com

Enviado em: 3/09/2015

Aprovado para publicação em: 07/02/2016

INTRODUÇÃO

O presente trabalho contempla os estudos luso-brasileiro de economia política em fins do século XVIII. Assim, “nessa época contava-se com a então florescente ‘ciência moderna’ como precioso auxiliar que abrisse as possibilidades de utilização dos produtos naturais e sua industrialização para colocar o Reino português na senda do desenvolvimento que a Europa trilhava” (FERRAZ, 1995, p. 500).

O paduano Domingos Vandelli (1735-1816) cursou História Natural e Medicina em Pádua e adotara Portugal como nova pátria², e em 1772, atendeu o convite de Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) no auxílio à Reforma da Universidade de Coimbra do qual assumiria as cadeiras de Química e de História Natural em 17 de maio de 1774 (FERRAZ, 1997, p. 71). Em 1779 foi “um dos protagonistas da criação da Academia de Ciências” de Lisboa (CARDOSO, 1989, p. 47)

Frisa-se que “a tentativa de se estabelecer as ciências modernas num país desprovido de uma tradição de estudos” (FERRAZ, 1997, p. 52) ampliava o horizonte de Vandelli em ir além, ou seja, nas questões cultural e de filosofia natural como uma tentativa de empreender uma proposta desenvolvimentista em Portugal com simpatia ao discurso de economia política ao estilo dos moldes fisiocratas.

Seus trabalhos contemplaram um avanço em situações no que diz respeito à liberdade econômica. Assim, Vandelli pode ser considerado um ‘memorialista e projetista’ luso-brasileiro dado o número significativo de trabalhos realizados por meio da Academia Real das Ciências” (IDEM, p. 25)³ no último quartel do século XVIII demonstrando grande preocupação por assuntos de economia política.

O estudo aborda a difícil situação econômica de Portugal no final do século XVIII em meio a um conflito armado entre a Inglaterra e a França. Este trabalho tem por objetivo discutir a situação econômica e as recomendações de política econômica sugeridas por Domingos Vandelli para equacionar a difícil situação econômica de Portugal no final dos setecentos. O estudo é de natureza descritiva e adota como procedimento metodológico o levantamento de fontes (memórias econômicas) de Domingos Vandelli quando Deputado da Junta Real em Portugal. Este artigo estrutura-se em seis tópicos, a saber: a institucionalização da *sciencia* das finanças em Portugal, a difícil situação financeira, apontamentos I e II, os oportunistas e considerações finais.

A respeito dessa temática, em Portugal houve registros no sentido de posicionar Vandelli como pensador econômico segundo os escritos de José Luís Cardoso. São passagens, notas, resumos e reedições das memórias econômicas. Outros autores portugueses firmaram seus estudos na museologia e na história natural. No Brasil, no final dos anos noventa, Márcia H. M. Ferraz(1995) registrou notas interessantes e originais sobre o foco da história da química. Outros autores brasileiros, já bem avançado século XXI, pouco registraram passagens interessantes.

² Segundo FERRAZ (1995, p. 500), Vandelli “já se encontrava em Portugal em finais dos anos 1760”. Também em CARDOSO (1989, p. 50-51), Vandelli teve uma rápida estadia em Portugal em 1764 no Colégio dos Nobres.

³ Nota número 15.

Contudo, não se pode menosprezar a filosofia e a história natural como complemento da economia política naquele ambiente, pois, as descobertas e os resultados práticos eram exclusivamente para o benefício da sociedade luso-brasileira, isto é, a possibilidade de aumentar as receitas da Coroa portuguesa em meio às crises. Neste particular, registra-se de forma inédita um recorte daquela realidade nas entrelinhas políticas e financeiras de Portugal e da sua principal colônia, o Brasil.

O artigo está dividido em quatro partes: introdução, institucionalização da ciência das finanças, situação portuguesa e recomendações políticas e finalmente as considerações finais.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA *SCIENCIA* DAS FINANÇAS EM PORTUGAL

Os memorandos de Domingos Vandelli frisavam temas ~~envolventes~~ como econômicos, sociais e políticos no final do século XVIII. Em se tratando da economia política, esta não se confundia ou mesmo agregava informações as “correntes doutrinárias que já nessa época se destacavam no pensamento econômico europeu” (SERRÃO, 1994, p. XXI)⁴, mas incitava o marco analítico sobre as finanças do Reino no seio político.

Os escritos de Vandelli notificavam “um pensamento econômico de cariz essencialmente pragmático, vocacionado para a análise, teoricamente rudimentar, de problemas concretos de natureza econômica ou com implicações econômicas” (IDEM, p. XXI).

Assim, era a “*Sciencia das Finanças*” (ARQUIVO, 1992, fl.6)⁵ que abrangia discussões peculiares a Portugal que de uma forma ou de outra, abrigavam e entrincheirava questões do Brasil-colônia. Cita-se como exemplo a discussão sobre os contratos que envolviam a tributação de produtos agrícolas, como, “não obsta dizer-se, que os contrattos dos Dicimos no Brazil athé agora não tem prejudicado a Agricultura daquelle paiz, e que assim não se pode reciar o mao effeito delles no Reino” (ARQUIVO, 1992, fl. 1)⁶. Outra passagem fora mencionada sob a nomeação de ‘Economia das Finanças’⁷ frisava que “a humana intelligencia he muito limitada p.^a abranger objectos multiplicados, e combinados, sem antes aranjados em systema simplificando-os”.⁸

Contudo, neste estudo não se objetiva reeditar ou frisar contribuições teóricas dos fisiocratas ou marcos doutrinários daquela época, mas pontos que convergiram

⁴ Introdução à obra de Domingos Vandelli em *Aritmética Política, Economia e Finanças: 1770-1804*.

⁵ Arquivo “Memória de Domingos Vandelli sobre a emissão de letras com o valor estimado do rendimento dos tributos sobre a agricultura diante dos inconvenientes da contratação da cobrança desses impostos [1796].” s. ass., Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Fundo: Negócios de Portugal, cód. 807, 24, 12. Nota: Título original: Memória na qual principalmente se demonstra não convir contrato dos tributos impostos sobre a agricultura.

⁶ Arquivo, *Op. cit.*, 807, 24, 12.

⁷ Arquivo “Memória de Domingos Vandelli sobre a emissão de letras com o valor estimado do rendimento dos tributos sobre o controle das finanças do Reino de Portugal, propondo meios de se aumentar a arrecadação e o registro da receita e despesa [1797].” s. ass., Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Fundo: Negócios de Portugal, cód. 807, 24, 1, fl.1. Nota: Título original: Economia das finanças.

⁸ Nesta e nas demais citações respeita-se a ortografia e sintaxe original: italiana aportuguesada.

ou influenciaram nas discussões políticas nos principais pontos expostos e defendidos por Vandelli na função de Deputado da Junta Real. Em seus apontamentos a institucionalização do conhecimento⁹ de economia política era a ferramenta útil a ser usada na difícil situação financeira e diplomática em que se encontrava Portugal com a Inglaterra e com a França. Exemplo disso é a seguinte passagem:

He de se admirar, q^e. no fim do Seculo XVIII ainda se queirão conservar as Taixas principalm^{te}. em alguns generos de primeira necessidade, e que no mesmo tempo, q^e. quaze todos os generos subirão de preço, se pretenda conservar baratissimo aquelles das Carnes, sendo incontestaveis os siguientes Axiomas Economicos:

1. 'Os preços das coisas he em razão direta do numero dos Compradores, e em razão inversa do numero de Vendedores.
2. Que a Taixa no preço dos generos he depreciativa da Industria, e do Commercio.
3. Prohibir a extração p^a. baratiar o genero, he o mesmo, que diminuir, ou destruir a sua cultura' (IDEM, fl.1).¹⁰

Independente das atribuições do cargo público, Vandelli posicionava-se como “ideário econômico reformista” (SERRÃO, 1994, p. XVII), conselheiro e estrategista diplomático “e dos efectivos dos exércitos das diversas potências” (JOBIM, 1988, p. 251). De formação e desenvoltura nas áreas naturais, intelectual e respeitado na sociedade portuguesa e acadêmica europeia, Vandelli intentou na criação de uma Sociedade Econômica para afinar a vocação portuguesa ao contexto econômico e político, pois era a necessidade da compreensão da mais nova e efervescente discussão que se acalorava o conhecimento sobre a administração das finanças. Assim, Serrão expõe que

Um dos aspectos mais interessantes da biografia de Vandelli é o da sua ligação ao projeto de criação da Academia das Ciências de Lisboa. É sobejamente reconhecida a importância da sua colaboração com a Academia, mas a sua associação a própria gênese da instituição tem passado despercebida. No entanto, ele próprio o afirma, ao escrever, numa das memórias publicadas na presente edição, que intentara, juntamente com o visconde de Barbacena, fundar em Portugal uma 'Sociedade Económica' do gênero das que já existiam em França e em Espanha, projecto esse posteriormente 'transmutado em uma Academia de Ciências' (SERRÃO, 1994, p. XV).

Os registros dos memorandos de Vandelli evidenciavam que a criação da Academia de Ciências não se estenderia somente às áreas naturais, mas também na compreensão técnica como as 'manufatura e artes'¹¹. Neste ínterim, a 'Sciencia' ia ao encontro do econômico, do político e do social de forma a permitir que o conhecimento fluísse (direta e indiretamente) em todas as áreas daquela época.

⁹ Para maior detalhamento veja FERRAZ, ALFONSO-GOLDFARB e WAISSE, (2013).

¹⁰ Arquivo “Memória de Domingos Vandelli sobre o comércio de carne em Lisboa e arredores. [22/10/1796].” s. ass., Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Fundo: Negócios de Portugal, cód. 807, 24, 10. Nota: Título original: Memória 2^a. sobre as carnes.

¹¹ Menção de Sciencia, Arte e Manufatura, veja cód. 807, 24, 1, fl.5; 15, fl.2-3 e 19, fl.2.

A DIFÍCIL SITUAÇÃO FINANCEIRA PORTUGUESA E RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA DE VANDELLI

A difícil situação econômica de Portugal no final dos setecentos é o problema a ser discutido neste trabalho. O déficit no Erário Real¹² aliado ao acentuado dispêndio na manutenção do Reino em momentos não justificáveis como gastos militares, investimentos em manufatura, artes e ciência ou mesmo terremoto¹³, leva Portugal a colocar um homem certo para esclarecer os problemas citados.

Domingos Vandelli (1735-1816), “após a jubilação em Coimbra, em 1791” (IDEM, p. XVI) e ao assumir o cargo de Deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes Reinos e seus Domínios, tornou-se ativo no contexto político, econômico e administrativo das finanças da Coroa em Portugal ainda que em paralelo com outras atividades¹⁴. Como membro da Junta atuou no “aconselhamento de matérias econômicas” (IBIDEM, p. XVII) assim como conselheiro do Rei D. José (e futuramente, no príncipe-regente D. João VI). Também atuou como estrategista militar, sugerindo dezesseis cautelas¹⁵ ao Reino português com grande antecedência do iminente conflito com a Espanha e com a França caso Portugal reafirmasse a aliança com a Inglaterra, ou mesmo, caso o conflito fosse com a Inglaterra numa futura aliança com a França.

Para conhecer aquele momento, além dos pontos anteriores abordados, dois apontamentos e mais a questão dos oportunistas serão ponderados nas memórias selecionadas de economia política de Domingos Vandelli no que diz respeito à gestão pública no final dos setecentos.

APONTAMENTO I

O primeiro apontamento é o documento intitulado “Economia das Finanças” (ARQUIVO, 1992)¹⁶, escrito em 1776, onde Vandelli ilustrava a necessidade de se construir os mapas de aritmética política como forma de conhecer melhor o patrimônio do Reino.

De início a passagem que mais chama atenção é o contexto sobre a situação financeira:

Não me devia atrever entrar em huma disquisição tão dificultosa, e de tanta importancia, e segredo, mas o desejo de mostrar o meu zelo no serviço, me obriga comunicar as ideias e conhecimentos, que tenho adquirido nesta tão grave matéria, esperando, que algumas destas Lembranças poderão ser uteis (IDEM, fl. 1).

¹² Instituição responsável pela administração e fiscalização dos recursos e bens públicos do Reino de Portugal.

¹³ O Sismo de 1755 ocorreu em Lisboa e resultou num enorme prejuízo político e socioeconômico.

¹⁴ Vandelli dividia seu tempo na direção da Academia das Ciências e no Real Jardim Botânico da Ajuda, Instituto criado por ele nos anos 1760.

¹⁵ Para maior detalhamento ver FERRAZ, (2012, p.155).

¹⁶ Arquivo, *Op. cit.*, cód. 807, 24, 1.

Tal preocupação expõe a clareza e a objetividade do gestor público frente a difícil situação financeira em que o Reino português se encontrava. A necessidade de uma rigidez política aliada à economia daria o retrato da sua gestão em prol da saúde financeira do Real Erário. Diga-se de passagem, que a administração pública no final do século XVIII mostrava-se complexa e passível de desequilíbrio orçamentário visando à redução dos gastos públicos desnecessários e aprimoramento da arrecadação tributária.

Como forma de controle,¹⁷ Vandelli refere-se ao uso de ‘mapa aritmético-políticos’¹⁸ como instrumento fiscal. Assim,

P.^a obter tal Systema, e fazer combinações bem calculadas, com as quais se possam economizar as rendas Reaes, satisfazendo a todas as Despezas, augmentando a Reforma e não ser obrigado a imprestimos ruinosos, ou a por novos Tributos; he necessario ter sempre adiante dos olhos Mapas bem circunstanciados da Receita, Despeza, Debito, e Credito; extrahindo delles Balanços volantes, e annuaes, alem dos Mapas da Povoação, Rendimento das Terras, da Importação, e Exportação dos generos etc. p.^a. uso de huma boa Arithmetica politica (IBIDEM, fl. 2).

Por conseguinte, para organizar os bens e serviços como receitas, despesas, débitos e créditos, Vandelli evidenciou o uso desse ferramental com o propósito de “promover um levantamento tão rigoroso quanto possível das potencialidades do reino (...) aos quais atribui um papel básico enquanto fonte de informação” (CARDOSO, 1989, p. 61) e de estratégia de decisão.

Nesta questão Vandelli buscava conhecer melhor a estrutura econômica e administrativa portuguesa de forma a evitar a espoliação tributária e o desperdício do recurso público. Destarte, referindo-se a D. Affonso V e a imperatriz da Rússia cita uma passagem em

que hum Principe nunca precizera impor novos Tributos, sabendo economizar os antigos (...) E perguntando hum fogueiro a Imperatriz da Russia, como fazia a reger pessoalm^{te.}, e tão bem as suas grandes finanzas; respondeo esta Soberana, que isso fazia *contando sempre* [Grifos do original] (ARQUIVO, 1992, fl. 2).¹⁹

Em poucas palavras seria o registro da organização financeira no ‘preto e no branco’ para obter o equilíbrio de caixa, verificando continuamente as entradas e saídas além da origem e destino do recurso público.

¹⁷ Ver nota 14, capítulo II, Parte I em CARDOSO, (1989, p. 61).

¹⁸ O termo ‘Aritmética Política’ foi cunhado por William Petty na sua obra de economia política clássica em 1690, contudo, neste particular, aproxima-se da palavra ‘censo’, mas sem o conceito estatístico.

¹⁹ Arquivo, *Op. cit.*, cód. 807, 24, 1.

Por isto he indispensavel huma rigorosa inspeção em todas as Contadorias do R. Erario, e nas Cazas de Arrecadação, p^a. recolher-se dos innumeraveis Livros, e papéis o estado corrente das Contas de cada huma, p^a. fazer-se em todos os trimestres, sem a cicana forense, entrar no erario, o que se lhe deve (IDEM, fl. 3).

Mas a questão não se limitava apenas as operações de débito ou crédito, mas na forma como o dispêndio público era realizado e transparente, pois,

Que sirve economizar-se muito em certas repartições, se ha perca consideravel nos imprestimos, nos Contrattos, em varias repartições; e que huma avultada parte das rendas não se arrecadão annualm^{te}. ou por negligencia, ou por retelas nas mãos alguns Entrattadores, Rendeiros, e Reçebedores; as quaes depoés passão nas Dividas preteritas, q^e. he o mesmo, que insolúveis (IBIDEM, fl. 3).

As referidas passagens resumem bem a grande preocupação de Vandelli que era a necessidade de um exame escrupuloso nas controladorias devido à precária senão má administração do Real Erário, pois, “A Receita nestes últimos annos se tem diminuido consideravelmente. nas Alfandegas, Quintos, Diamantes, Pao Brazil, Marfim, no adiantamento das rendas de alguns contrattos. E se augmentou a Despeza Exercito, Marinha, Tribunaes, Extraordinario” (ARQUIVO, 1992, fl. 4).

Diante desta situação, Vandelli recomendava ao gestor do Real Erário que tomasse duas posições drásticas, sendo a primeira reduzir o déficit com a manutenção da colônia brasileira com a venda de honras, títulos, foros e hábitos para a nobreza, e a segunda, por meio de um empréstimo para saudar os débitos de forma que os juros seriam amortizados por um aumento percentual nos direitos de exploração do chá, cacau, anil, rapé, tabaco, chitas²⁰, chapéu, pano de lã e sedas.

P.^a alcançar alguns milhões som^{te}. com poucas folhas de papel e fazer voltar por esse Reino quase todo o dinheiro, q^e. tem absorvido o Brazil, faltaria por-se até em venda alguns Titulos, Foros, e Habitos, proporcionando a quantia do dinheiro a gradação destas honras.

2.^a Tãobem se pode abrir hum impréstimo de tres, ou quatro milhões, p^a. pagar-se o juro, e o principal com o augmento dos Direitos de 8, ou 10 por % no Chá, que se consumir no Reino, e Colonias; hum Direito de 15 por % sobre o Cacao, e Anil, q^e. agora estão izentos; 8, ou 10 por % sobre o Rapé, q^e. nunca foi incluido no Contratto do Tabaco, e os Direitos por inteiro as Xitas pintadas em panno de Bengala, livrando-se aquellas feitas em panno do Reino, e deste modo se promovia a tescelagem do Algodão Nacional, maes 5, ou 6 por % sobre os Chapeos, Panno de Laã, e Sedas nacionaes, o q^e. não prejudicaria a estas Manufacturas a concorrencia com as estrangeiras (ARQUIVO, 1992, fl. 4-5)²¹.

²⁰ Tecido de algodão com estampas e cores fortes.

²¹ Arquivo, *Op. cit.*, cód. 807, 24, 1.

O curioso é que nem sempre a teoria coincide com a prática, sobretudo no aumento da tributação do país em relação a outro. Em paralelo, por mais que a colônia brasileira fosse explorada na sua potencialidade máxima ainda não proporcionava a riqueza desejável à manutenção do Reino, mas as expectativas segundo alguns críticos de Vandelli era que essa situação fosse passageira e que logo os “Nau dos Quintos se salvará toda a conta satisfazendo as divisas, e se remediara a diminuição da receita” (IDEM, fl. 6)²², subestimando as demonstrações de Vandelli.

É nesta circunstância que Vandelli atribuía grande importância ao uso de mapas aritméticos para demonstrar os bens, evidenciar os gastos e receitas do Reino e das colônias, e principalmente, evitar os déficits correntes “contando sempre”.

APONTAMENTO II

O segundo apontamento é o documento intitulado “Memoria sobre o *Deficit*” [Grifos do original] (IBIDEM, 1992)²³ de Vandelli que se inicia:

Eu cada dia mais com minha grande magoa vejo aproximar-se a ultima catastrophe deste Reyno, dependendo, segundo o meu fraco parecer, a sua unica salvação da Divina Providencia, cada vez que se continue na mesma innação, e total dezemparo das Finanças, sem as quaes bem regidas, he impossivel, que possa subsistir hum Estado. E não havendo energicas negociações p.^a somar-se as ultimas resoluções, nem unidade, por quanto diz o Partido Jacobino (que cada dia se augmenta) no governo do Exercito (ARQUIVO, 1992, fl. 2)²⁴.

Neste particular, Vandelli expõe a situação financeira daquele momento em que se encontrava o Real Erário, questionando a queda da arrecadação

de quattro milhões, não obstante, que devião ser augmentadas quase de tres milhões pelo accrescido valor ou rendimento dos Contratos, e das Alfandegas pelas augmentadas produções do Brazil, principalm.^{te} do Algodão, de maneira que podem considerar agora as Rendas Reaes diminuídas quaze de sette milhões (IDEM, fl. 2-3).

A dificuldade em se equilibrar os gastos públicos caminhava no sentido inverso ao qual se deveria que era a de regular os dispêndios internos e obter das colônias ultramarinas a poupança necessária ao crescimento e desenvolvimento português, mas, recorrem-se ao tributo alfandegário oriundo da produção de algodão da colônia americana como uma cobertura complementar às rendas do Real Erário. Diante do

²² Refere-se ao Navio ou Nave retornando da América, no caso, o Brasil.

²³ Arquivo “Memória de Domingos Vandelli sobre o déficit do Real Erário e os meios para a sua solução: reforma das tenças, criação de novos tributos, venda dos bens imóveis de hospitais e irmandades e aplicação dos benefícios eclesiásticos vago para as necessidades do Estado” s. ass., Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Fundo: Negócios de Portugal, cód. 807, 24, 15.

²⁴ Arquivo, *Op. cit.*, cód. 807, 24, 15.

exposto, Vandelli indaga e conclui: “Qual será a causa deste fenomeno nas Finanças? E outro não pode ser, que falta de exacta arrecadação, e estravio, ou descaminho de grande parte das sobreditas Rendas”. (IBIDEM, fl. 3).

As acusações ao relaxamento administrativo dos gestores no final do governo pombalino são claras, contudo, Vandelli resguarda e defende a governo do Marques de Pombal como segue:

O Marques de Pombal acabou o seu Ministerio a imitação do grande Colbert, sem ser indevidado o Estado, não obstante as enormissimas despesas na reedificação de Lisboa arruinada pelo Terremoto, e ter sofrida huma dispendiosissima Guerra organizando hum novo Exercito, fazendo vir de fora todos os petrechos militares, que não existião no Reyno, e com avultadissimas despesas introduzidas as mais interessantes Manufacturas, Artes, e Sciencias, e ainda deixou no Real Erario R 2.901.035\$416 que são sette milhões, hum conto, e cinco mil quattrocentos e dezaseis rs.²⁵, e no Gabinete de S. Mag.^a em Diamantes brutos o valor de cinco p.^a seis milhões (ARQUIVO, 1992, fl. 3).

Eis aí o ponto nevrálgico do aparelho público, isto é, como uma situação de superávit numa gestão na metade dos setecentos tornara-se deficitária no final do século? E pior, “Ao contrário neste Reynado não houve redificação de Cidade, nada se gastou em Manufacturas, Artes, e Sciencias, não houve Guerra, e ao primeiro preparo da mesma, se achou logo o Real Erario sem credito, e exaurido de Dinheiro” (IDEM, fl. 4). E numa iminência de guerra em que o dispêndio público tinha como propensão um aumento exponencial nos gastos públicos (devido ao preparo da defesa e investida ao inimigo direcionado ao exército e a marinha) como justificar imposição de novos tributos ao povo? Como trabalhar ao dissabor dessa política administrativa? A resposta vem das palavras de Serrão uma vez que

Neste domínio, o autor não poupava críticas à gestão do sistema financeiro da coroa, e do Erário Régio em particular, que vinha sendo feita desde o fim do governo pombalino, acusando-a de esbanjamento de recursos, de desleixo na arrecadação dos rendimentos, e da principal responsabilidade pela dramática situação deficitária que então se vivia (SERRÃO, 1994, p. XXXII).

Diante de tal situação, Vandelli anunciava os meios e propósitos para reduzir o déficit e que se enumeravam em 12 pautas. Assim segue-se:

1º. Reforma nas Tenças a vista de hum mappa delas. 2º. Tributo das Lanças, q^e. ainda se cobra em Espanha. 3º. Vitalicios. 4º. Que nenhuma pessoa goze de qualquer Merçê, q^e. seja, se no termo de hum anno não pagar os novos Direitos, ou encarte por huma avaliação maes verdadeira na Chancellaria do Reyno. 5º. Todos os alvarás de Graça, privilegios, Licenças, de honra etc. deurião ter huma

²⁵ Abreviação da unidade monetária Réis.

taixa em Dinheiro p^a. o Real Erario avaliada a proposição da utilidade ou da honra. 6^o. Tributo pela Licença da Impressão avaliado segundo o valor da Impressão. 7^o. Tributo sobre qualquer Loteria, quando não seja por conta da Real Fazenda p^a. Imprestimo etc. 8^o. Tributo de 10 por % sobre os Fretes dos Navios Estrangeiros. 9^o. Sobre os Barcos de Palha em razão do peso da mesma. 10^o. O rendimento dos Bispados, e de todos os Beneficios Ecclesiasticos no tempo de vacatura, deuria ser aplicado em tempo calamitoso as necessidades do Estado. 11^o. Se deurião vender todos os Bens immoveis dos Hospitaes, e Cazas de Misericordias, e de qualquer outra Irmandade, recadando-se o produto delles no Real Erario, o qual suppriria a todas as despezas necessarias, com Administrações bem fiscalizadas, dos Hospitaes e Irmandades. 12^o. A imitação de Henrique quarto Rey de França pelo espaço som^{te}. de tres annos impreteríveis, se poderia impor hum Tributo de 20 rs. por cada tostão do valor de todos os generos, q^e. entrassem nas Cidades, Villas, e Aldeas, por huma racionavel Pauta (ARQUIVO, 1992, fl. 5-6)²⁶.

A política de Vandelli se dividia numa rápida aproximação em política fiscal e monetária. As doze pautas referem-se à primeira política de cunho restritivo e que tributava títulos e direitos, impressões, fretes de embarcações estrangeiras, rendimento dos bispados, imóveis de hospitais e quaisquer gêneros que entrassem em áreas habitáveis. Não resta dúvida de que o ‘remédio amargo’ teria efeito positivo em se tratando de uma melhor fiscalização e redução do déficit, ainda que seus efeitos colaterais aparecessem no curto prazo. A segunda política, mais audaciosa, mexia nos meios de pagamento sob a responsabilidade da Casa da Moeda que

era o augmento da Liga na moeda de Prata a exemplo de muitos Principes, que de tal meyo, e do Papel-moeda se prevaleçerão em casos similares, porem, estas operações são muito perigosas, não decentes a hum Principe Christão, e honrado, e de maa fé com o Povo, poder dar a Liga em grande parte suprir com huma prudente e sabia economia introduzida na Caza da Moeda, e aproveitando-se do grande Lucro, q^e. se recebem fundindo-se, e reduzindo-se a moeda Nacional as Patacas Castilhanas (IDEM, fl. 7)²⁷.

Diante do exposto, não resta dúvida de que aquelas circunstâncias exigiam conhecimentos sobre assuntos de economia política e do ambiente social. Em se tratando do primeiro, o impacto inflacionário iria ruir rapidamente o sistema monetário resultando não só na sua ineficácia, mas também na descrença do valor da moeda nacional frente às moedas estrangeiras (mais fortes e conservadoras). O segundo impacto seria nos salários e rendas devido a desvalorização da moeda seguido de aumento nos preços com perda do poder aquisitivo da população. O terceiro seria além do aumento do endividamento do Real Erário nos compromissos já firmados em datas anteriores em moeda de maior valor.

Vandelli sabia do risco evidenciando que “estas operações são muito perigosas”, contudo, não resta dúvida de que naquele momento ele era o homem certo

²⁶ Arquivo, *Op. cit.*, cód. 807, 24, 15.

²⁷ Arquivo, *Op. cit.*, cód. 807, 24, 15.

no momento certo, ainda que, involuntariamente contrariando a sugestão D. Affonso V (evitar impor impostos), mas venerando a posição da imperatriz da Rússia (contando sempre).

OS OPORTUNISTAS

A economia política das Rendas Reais abria espaço para oportunistas aproveitarem-se dos juros devido a necessidade de contrair empréstimos para saldar o Real Erário no final dos setecentos portugueses.

Os memorandos de Domingos Vandelli constantemente alertavam da gravosa situação denominada de “imprestimos ruinosos” (ARQUIVO, 1992, fl. 2)²⁸ para equilibrar as finanças do Reino. A falta de uma organização econômica, os gastos excessivos nas repartições e a negligência na administração no que diz respeito a “falta de promptos pagamentos” (IDEM, fl. 3) das contas públicas obrigava o Real Erário a contrair empréstimos que oportunizava devedores uma vez que as “Dividas preteritas, q^e. he o mesmo, que insolueis” (IBIDEM, fl. 3).

A receita menor que despesa levava a contração de empréstimo pelo Real Erário, que pagava juros sobre o capital alheio para manter o equilíbrio contábil. O ônus era repassado ao povo em forma de aumento na tributação, na redução da economia do país desaquecendo e enfraquecendo as operações mercantis devido aos altos custos e conseqüente repasse aos preços com impacto na redução do poder aquisitivo da população. Tal análise exemplificava que

A Receita nestes últimos annos se tem diminuido consideravelm^{te}. nas Alfandegas, Quintos, Diamantes, Pao Brazil, Marfim, no adiantamento das rendas de alguns contrattos. E se augmentou a Despeza Exercito, Marinha, Tribunaes, Extraordinario (ARQUIVO, 1992, fl. 4)²⁹.

Na emergência de contrair um empréstimo devido às incertezas das colônias ultramarinas e ao mesmo tempo conter o dessabor de pagar uma dívida com juros elevados, Vandelli clama a atenção dos gestores financeiros:

Os Juros dos Padrões Reaes de 4 annos importão R 760:000\$000 As Tenças, e maes dividas, provavelm^{te}. chegarão maes ou menos a 800:000\$000 e o *deficit* da Receita p.^a a despeza, será E quem pode segurar a chegada desta Nau nas attuaes criticas circunstancias? [Grifos do original] (IDEM, fl. 6).

Em resumo, Vandelli evidenciava o uso de mapas aritméticos para equilibrar as finanças ou ao menos conhecer melhor o patrimônio do Reino e ao mesmo tempo

²⁸ Arquivo, *Op. cit.*, cód. 807, 24, 1.

²⁹ Arquivo, *Op. cit.*, cód. 807, 24, 1.

amortizar os juros devidos ainda que este oportunize usurários mesmo por “insignificantes imprestimos, ou adiantamentos usurarios pelas suas considerações, são ruinosos ao Estado” (IBIDEM, 1992, fl. 4).³⁰

Esta discussão ganhava força quando os empréstimos seriam honrados por emissão de Apólices lastreadas em hipotecas (via contribuições e/ou receitas das alfandegas) ou Papéis com juros para o equilíbrio das contas “e até os Ordenados” (ARQUIVO, 1992, fl. 2)³¹. O desfalque no numerário, os altos ordenados (ARQUIVO, 1992)³² e o baixo valor dos bens de raiz gerava a indignação de Vandelli exposta como:

Mas porque não estão taes Papeis, ou Apolices em circulação? Porq^e. não se reduzem a pequeno valor? Não havendo obrigação de açetalos, sirvem som^{te}. p^a. arruinar os infelizes, q^e. geralm^{te}. não tem outras rendas, tal que recebem do Erario, e a enriquecer sempre maes os rricos Usurarios, os quaes nesta ocasião chegão a adquirir Padrões Reaes com juro de 9 até 10 por %, ou a comprar Bens de raiz com vantagem de quaze 50 por %, como brevem^{te}. succederá com alguns Bens, q^e. o Real Collegio dos Nobres quer vender (IDEM, fl. 2).³³

As Apólices eram devidas tanto para empréstimos quanto para pagamentos. Em se tratando do primeiro, Vandelli lista órgãos públicos que sangravam ainda mais o Real Erário como o “Almirantado, Hospital da Inoculação, Biblioteca publica, Papel sellado, porto Franco, Novo Erario, Caminhos, e os Tribunaes enchidos enormem^{te}. de pessoas q^e. não trabalham” (IBIDEM, fl. 3).³⁴ Com relação ao segundo,

O pagamento poes de Apolices desacreditadas já na sua origem, produz huma geral miséria, e descontentamento em todos aquelles, que são esforçados regebelas, e clamão, q^e. ao menos fosse Papel-moeda, por q^e. assim poderião subsistir, e a Real Fazenda não se graveria de Juros uteis som^{te}. aos Usurarios (ARQUIVO, 1992, fl.3).³⁵

A descrença popular de que a Real Fazenda iria a bancarrota abria espaço para especulação aos oportunistas ou usurários que se aproveitavam da situação e exigiam como contraprestação da desconfiança juros de 9 a 10% contra “hum avultado juro de

³⁰ Arquivo, *Op. cit.*, cód. 807, 24, 12.

³¹ Arquivo “Memória de Domingos Vandelli sobre a emissão de apólices lastreadas em hipotecas, em lugar do papel moeda.” s. ass., Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Fundo: Negócios de Portugal, cód. 807, 24, 17. Nota: Título original: Papel Moeda.

³² Vandelli refere-se aos membros dos Tribunais, Ministros de Justiça (Arquivo, *Op. cit.*, cód. 807, 24, 15, fl.3) e ordenados da sorte da “Ierarquia accidental do nascimento” (Arquivo, cód. 807, 24, 19, fl.6).

³³ Arquivo, *Op. cit.*, cód. 807, 24, 17.

³⁴ Arquivo “Memória de Domingos Vandelli sobre as apreensões do povo português em relação, principalmente, à instauração de apólices ao papel selado e à forma de recrutamento militar.” s. ass., Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Fundo: Negócios de Portugal, cód. 807, 24, 19, fl.3. Nota: Título original: Memória sobre as apólices e papel selado.

³⁵ Veja também no cód. 807, 25, 23.

6 por %” (IDEM, fl.1) dos padrões reais. Ainda que os empréstimos não agradassem o povo e tão pouco o sistema do governo, a necessidade de restabelecer o comércio nas praças de Lisboa e do Porto (IBIDEM, fl. 1)³⁶ com respaldo a Real Fazenda urgiam nas suas operações comerciais que não estavam condizentes com seus compromissos.

Na dificuldade em se obter um empréstimo a solução seria a introdução de Bilhetes ou de Moeda-papel lastreados pela Real Fazenda. A quantia de dezenove a vinte milhões de cruzados (ARQUIVO, 1992, fl. 1) injetados no sistema do governo aumentaria significativamente os numerários, mas os elevados descontos pagos aos usurários testavam a habilidade administrativa e “neste caso o mesmo Real Erário o poderia fazer maes racionavel, com sua utilidade, e beneficiado Commercio” (IDEM, fl. 2). Se possível, não haveria papel desacreditado e haveria fluidez no comércio e na tributação do mesmo.

Por fim, tal método onerava não só o governo, mas também os particulares³⁷ que viam “diminuição considerável no rendimento das suas Cazas” (IBIDEM, fl. 6)³⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber diante das memórias expostas o retrato da difícil situação financeira em que se encontrava Portugal no final dos setecentos. Embora Vandelli fosse um homem da ciência por formação, destacou-se na gestão administrativa como um grande projetista e memorialista (CARDOSO, 1989, p. 38) de assuntos políticos e econômicos, arraigados com a necessidade de um controle nas funções aritmético-político.

Como deputado denunciou a má gestão em períodos anteriores que levaram a uma debilidade e fragilidade do sistema financeiro sob a égide da Coroa e do Real Erário e sugeriu mudanças na política econômica adotada. Outra passagem interessante foi sobre a principal colônia, o Brasil, no que diz respeito às despesas de manutenção e arrecadação. Também fica claro que a colônia era para servir a metrópole como fundo emergencial para encobrir os débitos do Real Erário e da Coroa, pois se subjugava que o Brasil fosse uma poupança para saques emergenciais para cobertura de conta corrente, ainda que naquele momento não houvesse guerra (gastos com o exército e a marinha), calamidades (terremoto) e tão poucos investimentos úteis (manufatura, artes e ciência).

O oportunismo por trás das dificuldades financeiras do Reino português levou Vandelli a fazer duras críticas aos usurários que tiravam proveito de uma situação emblemática no Reino português (ARQUIVO, 1992, fl. 1)³⁹ e recomendações de

³⁶ Arquivo “Memória de Domingos Vandelli sobre a oportunidade do recurso a bilhetes, sua administração e as vantagens da adoção do papel selado, segundo o modelo da Inglaterra. [29/11/1796].” s. ass., Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Fundo: Negócios de Portugal, cód. 807, 24, 20. Nota: Título original: Não tendo pronto e completo efeito o empréstimo, convém fazer-se uso da moeda papel, ou bilhetes, e renovar-se a contribuição do papel selado?

³⁷ Com relação a empréstimos aos agricultores (Montes de piedade ou celeiros públicos) veja em VANDELLI, Aritmética Política, Economia e Finanças: 1770-1804, p. 115-6, 168, 177 (nota 3) e p. 203.

³⁸ Arquivo, *Op. cit.*, cód. 807, 24, 12.

³⁹ Arquivo “Memória de Domingos Vandelli sobre os meios de se atalhar manobras de usuários que compram dívidas da Real Fazenda para trocá-las por apólices que vencem juros. [1796].” s. ass., Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Fundo: Negócios de Portugal, cód. 807, 24, 38.

política econômica para equilibrar as finanças reais. A discussão se aprofundava quando a ameaça de invasão estrangeira (francesa e espanhola) imporia aumento no dispêndio público com os gastos de guerra (Exército, Marinha, Tribunais, Extraordinários e os apetrechos gerais a defesa) e este por sua vez, ainda em época de paz, encontrava-se desequilibrado com suas finanças.

Por outro lado, o comércio marítimo já havia caído significativamente e os tesouros (as receitas da Alfandegas e do Quinto, os Diamantes, a extração do Pau Brasil e do Marfim além do adiantamento das rendas de alguns contratos) provindos de ultramar já não traziam a receita almejada no tempo desejado.

A consequência imediata era a escassez de capital necessário para gerar o sistema do governo e o endividamento por meio de empréstimos seria a saída cabível, mas na demora destes a solução seria a emissão de bilhetes ou moeda-papel que seriam comercializados nas principais praças portuguesas de forma a amenizar a necessidade do comércio, contudo, o custo dos juros onerava não só o sistema do governo e a credibilidade da Real Fazenda, mas principalmente criava mais um ônus ao povo. Uma segunda opção a ser aplicada no Reino seria a cobrança do “dízimo” dos lavradores, a reformulação dos contratos (como da extração da madeira no Brasil e até mesmo a redução dos contratos das fábricas de pólvora) ou mesmo o “subsídio literário” que era uma tributação sobre bebidas alcoólicas como vinhos e aguardentes, a exemplo do que ocorria no Brasil (IDEM, 1992)⁴⁰.

Enfim, o esbanjamento de recursos, a negligência na arrecadação dos rendimentos e a crença que a abundância do além-mar sempre nutrirá o Reino evidenciava o cenário no final dos setecentos português, senão, empréstimos e emissão de títulos seriam arrolados. Também não resta dúvida que Vandelli mantivesse fidelidade ao pombalismo, e conseqüentemente, ao pensamento mercantilista (SERRÃO, 1994, XXIV) que tinha no seu bojo a necessidade de um reformismo regulado pelo Estado como garantia de um avanço político-econômico.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), **Memórias de Domingos Vandelli**, Fundo Negócios Estrangeiros, Códice 807, volume 24 (1796-1802). Rio de Janeiro, Microfilmagem em 1992.

CARDOSO, José L. **O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII: 1780-1808**. Lisboa: Estampa, 1989.

FERRAZ, Márcia H. M., ALFONSO-GOLDFARB, Ana M. e WAISSE. Silvia I. Reflexões sobre a constituição de um corpo documental para a história da ciência: um estudo de caso do Brasil – Colônia e Brasil Reino. **Acervo**, p. 42-53, 2013. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/591/486>. Acesso em 29 de Agosto de 2014.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. A fabricação da pólvora e trabalhos sobre o salitre: Portugal e Brasil de finais de Século XVIII às primeiras décadas do século XIX. In

⁴⁰ Arquivo, *Op. cit.*, cód. 807, 24, 12.

KURY, Lorelai e GESTEIRA, Heloisa (Orgs.). ENSAIOS DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS NO BRASIL: DAS LUZES À NAÇÃO INDEPENDENTE, p. 153-166. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

_____. **As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822):** O texto conflituoso da química. São Paulo: Educ e Fapesp, 1997.

_____. Domingos Vandelli e os estudos químicos em Portugal no final do século XVIII. **Química Nova**, 18, nº 5, p. 500-504, 1995.

JOBIM, Leopoldo Collor. Domingos Vandelli e a Revolução Francesa. **Revista de História das Ideias**, 10, p. 249-264, 1988. Disponível em: <http://rhi.fl.uc.pt/vol/10/ljobim.pdf>. Acesso em 24 de novembro de 2014.

SERRÃO, José Vicente. Introdução. In VANDELLI, Domingos. **ARITMÉTICA POLÍTICA, ECONOMIA E FINANÇAS: 1770-1804**. Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, vol. 8, p. XIII-XXXVI. Lisboa: Banco de Portugal, 1994.

VANDELLI, Domingos. **Aritmética Política, Economia e Finanças: 1770-1804**. Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, vol. 8. Lisboa: Banco de Portugal, 1994.